

**RESENHAS**

**FREIRE, Paulo — CEDAL/CEDETIM**  
**MULTINACIONAIS E TRABALHADORES NO BRASIL**  
**São Paulo, Brasiliense, 1979.**

Esta obra, elaborada pelo CEDAL(1), um colegiado animado e dirigido por Paulo FREIRE, é fruto de estudos e pesquisas realizados por diferentes correntes de quantos se propõem a trabalhos de reflexão sobre os movimentos de libertação e as lutas antiimperialistas em geral. Num trabalho sério e de grande alcance para esclarecimento de interessados no assunto, propõe-se ela a abrir um debate sobre as manobras de ação imperialista tanto na Europa como na América Latina, fundamentando sua asserção em duas perspectivas de análise: Uma visão de conjunto acerca das manipulações das multinacionais junto às potências européias e governos do terceiro mundo (especialmente a América Latina) e, em particular, a partir de uma experiência prática: a dos militantes da oposição sindical brasileira que, após anos de lutas tomaram consciência do fenômeno multinacional e, portanto, romperam definitivamente com ideologias nacionais populistas que durante muito tempo bloquearam o projeto de esquerda em seu país.

Com incursões pela política das multinacionais, internacionalização do capital em geral e implantação de empresas multinacionais no Brasil, assuntos de renomada importância passam pelo crivo abalizado de Paulo FREIRE, que busca abrir um diálogo a partir da realidade crucial em que vive a sociedade brasileira face às estratégias imperialistas e suas contradições internas e as opções que se apresentam às lideranças sindicais para poderem abrir diálogo e novos caminhos de ação libertadora pelos meandros da política nacional.

Em si, esta obra nada tem de definitivo nem apresenta fórmulas redentoras mas constitui-se em valiosa ferramenta porque “as informações que traz centram-se num problema decisivo para a renovação necessária da reflexão internacionalista: o papel das firmas multinacionais na fase atual de imperialismo, caracterizada pela internacionalização da produção e pelo agravamento da exploração capitalista em todos os países, particularmente aqueles do terceiro mundo” (pág. 9).

Em resposta à questão “O que é uma multinacional?” o autor afirma que “as empresas multinacionais apareceram no mundo capitalista como resultado do processo de internacionalização do capital” (pág. 25) e, à medida que o capital ultrapassou o quadro nacional, integrando esferas internacionais, capitalistas de países industrializados optaram por uma política de investimentos no exterior, daí surgindo as empresas multinacionais. Obviamente, a finalidade dessas empresas é obter superlucros e na obra, exemplos concretos aparecem vinculados a uma análise do aspecto jurídico dessa internacionalização de capital. A internacionalização do capital, por sua vez, internacionaliza e diversifica a produção das empresas.

Essa diversificação de produtos é introduzida como medida de defesa pelas multinacionais, pois em casos de recessão em um setor, lucros são obtidos em outros setores. Mesmo em países nacionalistas essas empresas conseguem investir no exterior.

Outro fator considerado é que um país subdesenvolvido oferece matéria-prima e mão-de-obra baratas, o mesmo ocorrendo com o aspecto técnico, já que as multinacionais investem muito em pesquisa. Os governos, por outro lado, oferecem vantagens na exploração e até o controle das matérias-primas passa às mãos de grupos monopolistas, como é o caso do Brasil.

Fundamentando-se em dados concretos, Paulo FREIRE demonstra, ainda, que os governos não têm possibilidade de controle sobre o lucro duma multinacional, sendo igualmente evidente que a superioridade dessas empresas multinacionais em relação às nacionais é clara em várias fontes: financeira, técnica e administrativa.

Aparentemente, a economia e a política estão separadas mas na realidade estão muito unidas e a "cada novo mercado que é aberto, corresponde um esforço dos países capitalistas industrializados. Não importa aos interesses monopolistas se a produção decorrente possa ou não ser de interesse para a população" ( pág. 49 ).

O autor insiste no fato de que as burguesias nacionais temem mais o socialismo que o capitalismo porém, "quem suporta o peso do processo são os trabalhadores dos países subdesenvolvidos, pois a obtenção de superlucro significa diminuição do salário real, o que não chega a afetar essa burguesia que se abre às gestões e monopólios capitalistas. Em relação ao Brasil, demonstra o autor que, desde 1950, o capital internacional tem afluído para o país", pois aqui multiplicam-se as implantações de empresas estrangeiras nos mais diversos setores da atividade econômica" ( pág. 61 ), evidenciando que, no Brasil, a burguesia brasileira não tem condições de se manter sem contar com o sistema capitalista mundial e manter-se integrada a ele.

O papel dessa burguesia, neste caso, é o de oferecer meios aos capitais estrangeiros de se instalar no país com uma mão-de-obra barata e investimentos vantajosos enquanto o governo fica a serviço desses capitais estrangeiros ao ponto de suprimir as relações sociais dos trabalhadores.

É verdade que o sindicato é instrumento de educação política e defesa dos direitos dos trabalhadores mas, pela internacionalização de capitais, as multinacionais têm possibilidade de suportar uma greve, prejuízos em favor de um acordo e, o que é mais importante, os capitalistas têm também seus sindicatos. Diante desses fatos concretos, o autor conclama os trabalhadores a saírem de seus sindicatos para que sua ação possa estender-se a toda a sociedade e através dessa união, procurar uma verdadeira democracia, sabendo que o capitalismo existente atualmente no Brasil não terá verdadeira solução para o povo brasileiro. ( Cap. I ).

A realidade econômico-social brasileira é bastante focalizada, a seguir, quando o autor, com exemplos comprovados, demonstra como o capital estrangeiro e as injunções monopolistas dominam a economia nacional nos mais diversos setores, seja no âmbito da mineração, mecânica, seja na metalurgia, siderurgia, construção elétrica,

material de transporte, indústrias químicas, empresas agro-alimentares e outros segmentos de importância nacional.

Diante de fatos inequívocos, desenvolve-se toda uma complexa trama de investimentos e de explorações induzidas pelos monopólios disseminados no país e de tal ordem estreitamente ligados aos centros de decisão político-econômica, que “o desenvolvimento do país se realiza em associação estreita com o capital estrangeiro” ( pág. 67 ).

Para o autor, esses dados tecnicamente compilados são apenas uma representação de que o desenvolvimento do país se faz em relação direta com os ditames do capitalismo internacional. Na realidade, hoje em dia, é o capital monopolista que determina não somente o desenvolvimento da empresa privada, como também do poderoso capitalismo do Estado com o qual está largamente associado. ( Cap. II. )

Outros pontos bastante profícuos colocados em linha de reflexão dos problemas advindos do desenvolvimento gerado nos moldes do capitalismo internacional, situam-se nas coordenadas da análise “do nacionalismo à oposição operária” ( pág. 139 ). A penetração maciça do imperialismo na economia brasileira redundou em brilhantes resultados, dos quais se aproveitaram, além dos grupos monopolistas internacionais, a burguesia e a classe média brasileira. Entretanto, “o que nenhum apolo-gista do “milagre brasileiro” jamais pode justificar foi o custo desse desenvolvimento: monopolização da economia, superexploração dos trabalhadores, repressão, bloqueio de qualquer iniciativa popular” ( pág. 139 ).

Com a crise econômica, as graves dificuldades que se acumulam no horizonte do capitalismo brasileiro começam a aparecer. Ao lado dos problemas de conjuntura, “é a própria natureza do desenvolvimento econômico no Brasil e as instituições políticas criadas pelos militares que começam a ser postas em questão” ( pág. 140 ). Por trás das dificuldades aparentes, os verdadeiros problemas se acumulam: a monopolização da economia, o monopólio da terra, o aumento da dívida externa, a inflação permanente e o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, “problemas que marcam os limites atuais do capitalismo” ( pág. 140 ).

A situação da agricultura é péssima, favorecendo o êxodo rural e esses rurí-culas, sem qualificação nenhuma, se concentram nas periferias dos grandes centros marginalizando-se no contexto urbano. As pequenas propriedades não têm condições de acompanhar a evolução e de adquirir os implementos agrícolas exigidos pelo processo de modernização. Com isso, os grandes latifúndios dispõem de mão-de-obra barata e servil, tanto que eles não estão absolutamente interessados na introdução de novas técnicas de produção.

Na indústria, o monopólio está nas mãos de multinacionais que dominam todos os setores estratégicos da economia brasileira; outra desigualdade é a concentração das empresas no eixo S. Paulo — Rio de Janeiro e Belo Horizonte em detrimento dos outros Estados da União. Com tantos monopólios estrangeiros, o aumento da dívida externa é tão grave que já preocupa as próprias autoridades monetárias internacionais. Frente à inflação galopante, o autor procura mostrar que o único prejudicado é mesmo o trabalhador, sendo o seu salário diminuído cada vez mais.

Fazendo a comparação dos salários, o autor diz, com justa razão, que o Brasil é o paraíso dos investidores e, comparando com o custo de vida, o trabalhador fica cada vez mais prejudicado.

Dentro do contexto econômico e político atual, o exército procura-se institucionalizar como fonte de poder, como um superpartido acima da sociedade e das classes sociais.

É evidente que, diante da situação econômica, a burguesia começa a se interrogar e o sentimento popular pede a volta da democracia, o respeito dos direitos humanos e a liberdade de imprensa. A Igreja coloca-se cada vez mais ao lado do trabalhador. O sindicato é instrumento na mão da burguesia onde a repressão aparece com freqüência. O ideal é que a classe operária disponha de um sindicalismo independente do controle do Estado e das manipulações políticas das classes dominantes. Diante da situação, tanto econômica como política, ressalta a luta diária do trabalhador em torno dos seus interesses imediatos.

A oposição operária no movimento sindical é democrática e unitária e se situa no interior da legalidade sindical. "Ela é, ao mesmo tempo, um instrumento político criado pelos trabalhadores brasileiros a fim de reagrupar a classe operária em torno da defesa dos interesses mais elementares" (pág. 172).

A prática da democracia é, pois, um fato político importante que em lugar de suprimir as contradições da sociedade faz com que elas apareçam abertamente.

Para o autor, se a classe operária dispõe de organizações eficientes e é capaz de manejá-las, pode, então, desencadear um grande processo de educação política dos trabalhadores e das demais classes sociais. "Nessas condições é que a luta pela democracia contribui para o aprofundamento da consciência política do trabalhador" (pág. 176).

A luta pela democracia e para o desenvolvimento econômico-social de um país só tem peso político quando é utilizada pela classe operária organizada politicamente, e quando ela serve de apoio para a transformação da sociedade.

Pela importância da análise e pelo conteúdo de fácil assimilação, este livro destina-se a qualquer pessoa interessada em conhecer, com riqueza de detalhes, uma realidade complexa que oferece campo propício a profundas reflexões. Dessas reflexões, que devem ser feitas por intelectuais, trabalhadores e estudiosos em geral, poderão surgir respostas às angústias da classe trabalhadora e da própria nação brasileira, que já não aceitam milagres fictícios mas almejam por descobertas de soluções concretas diante de problemas como os apontados nesta obra de Paulo FREIRE.

**Marcel J. J. B. Oliver**

Mestrando em Filosofia da Educação da  
PUCC.

#### NOTA:

(1) Centro de Estudos de Desenvolvimento na América Latina.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho

**HOMENS LIVRES NA ORDEM ESCRAVOCRATA**

São Paulo, Ed. Ática, 2ª edição, 1976 ( Ensaio, 3 ), 235 págs.

Um problema da realidade brasileira, que até hoje não encontrou solução adequada ao dimensionamento de sua gravidade, é o da existência de homens livres e pobres presos a uma estrutura agrária, que sofre de males, cuja origem é o latifúndio antieconômico com sua secular monocultura.

Ainda não se regulou, de forma adequada, os diversos aspectos do homem com a terra, tratando-os de forma orgânica e global.

As reformas — demagogicamente propostas — como o condicionamento do uso da terra à sua função social; a promoção da justa e adequada distribuição da propriedade; a obrigação da exploração racional da terra, etc., continuam letras mortas no ESTATUTO DA TERRA.

O programa político-social, sempre decantado, da criação de uma sociedade rural bastante sólida com a promoção do trabalhador rural a um "status" mais digno, tornou-se utopia.

E a crise se impõe, hoje, objetivamente, quando vemos os homens livres e pobres, que no passado permaneceram apartados da produção para mercado, continuarem a viver, em pleno final de século, sob regime de servidão pessoal, que lhes tira toda a possibilidade de iniciativa e responsabilidade, sem qualquer promoção cultural e participação na vida sócio-política.

É para essa problemática que a Professora Livre-Docente da Universidade de São Paulo, MARIA SYLVIA DE CARVALHO FRANCO, dirigiu sua atenção, ocupando-se em analisar — através do método de uma sociologia crítica — a realidade, o funcionamento e o processo de transformação estrutural da "velha civilização do café que, no século XIX floresceu nas áreas do Rio de Janeiro e de São Paulo, pertencentes à região do Vale do Paraíba" ( pág. 16 ), a fim de demonstrar que "esse passado, facilmente negado, encontra plena vigência em condições presentes de nossa sociedade." ( pág. 222 )

A obra — HOMENS LIVRES NA ORDEM ESCRAVOCRATA —, que encerra aspectos comparativos entre dois tipos de economia: "de mercado e de subsistência com as correlatas formações sociais" ( pág. 91 ), se propõe, num enquadramento teórico weberiano, "apanhar o momento em que atingia seu ponto alto a criatividade contida na organização agrária 'colonial' e em que tiveram também livre curso as suas implicações destrutivas, transcorrendo, em curto espaço de tempo, todo um processo de desenvolvimento e regressão" ( pág. 16 ).

Sua tese central pressupõe uma estreita relação entre a estrutura ocupacional da mão-de-obra, numa economia de mercado e de subsistência, e o papel desempenhado pelos homens livres e pobres em suas relações sociais, onde se realça o princípio da dominação pessoal.

A Autora, com abundante emprego de dados e alguns expressivos depoimentos, destaca esse papel através da concepção que aqueles homens fizeram de si próprios, e de sua conduta em suas relações comunitárias, e precisa os limites da participação deles na sociedade mais ampla, como categoria e grupo social; procurando discernir, na persistência histórica do fenômeno violência, — “entranhado na realidade social” ( pág. 17 ), um valor reivindicatório e de mudança, de conteúdo variável.

Revela, ao depois, o princípio de dominação pessoal nesse contexto, analisando, sistematicamente, as “figuras que constituíram as forças ativas desse sistema de dominação”, e “as organizações a que estiveram ligadas” ( pág. 17 ).

Finalmente, numa perspectiva de conjunto, onde se visa ao estudo da exploração do café, a Autora aborda a dicotomia: tradicional/moderno, no debate do problema da “mobilização de componentes geralmente identificados como ‘atrasados’ e o desenvolvimento de práticas ‘modernas’” ( pág. 18 ), expondo, em balanço crítico, a maneira pela qual os traços “arcaicos” ou “irracionais” se tornaram “condições necessárias à integração bem sucedida da produção brasileira aos mercados internacionais” ( pág. 18 ), para esclarecer “como, no interior mesmo da sociedade brasileira, os aspectos ‘tradicionais’ sofreram uma redefinição de sentido ao dar-se o deslanche da produção mercantil, mantendo-se constante a sua forma” ( pág. 18 ), e de que modo “o conjunto de elementos que formalmente poderiam ser identificados como tradicionais apenas se torna inteligível quando referido à produção lucrativa” ( pág. 18 ).

E conclui, observando que “os quadros ‘atrasados’ de exploração agrícola foram recriados e se mostram, **mesmo agora**, ‘racionais’ para os fins a que se destinam, tendendo, por isto, a existir. Dentro desses padrões de existência, as fazendas prosperam e os que nelas trabalham seguem, o mais das vezes, **o seu destino aquém da humanidade**” ( pág. 225 ) ( grifamos ).

O livro da Professora MARIA SYLVIA DE CARVALHO FRANCO constitui, portanto, valiosa contribuição ao esclarecimento de toda ampla gama de conflitos e valores postos em questão, na emergência sócio-econômica dos homens livres e pobres.

A necessidade do texto, como instrumental teórico para a análise da nossa realidade agrária, onde “se confina o destino de dominantes e dominados” ( pág. 225 ), é indiscutível, principalmente, quando se está convencido do primado da pessoa humana na ordem temporal.

**João Ribeiro Jr.**

Professor de Filosofia Política e Mestrando  
em Filosofia na PUC.

**HOGAN, Daniel J. e outros,**  
**Cidade, Usos e Abusos,**  
**São Paulo, 1978, Brasiliense, 167 pág.**

Reunindo cinco trabalhos, quatro dos quais apresentados em Simpósio sobre Marginalidade Social, no XXVIII Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso

da Ciência ( SBPC ) realizado em Recife, em julho de 1974, encontramos, nesta obra, "crítica a diversos significados do conceito de marginalidade social e discussão de aspectos da inserção dessa "camada" na sociedade capitalista, tal qual se manifesta no Brasil" ( pág. 8 ).

A expressão Marginalidade Social foi cunhada há quase 20 anos para designar crescente setor da população urbana da América Latina que, recém-chegada do campo, reunia-se em favelas, inseria-se de maneira peculiar no mercado de trabalho e, especialmente, parecia não estar politicamente mobilizada. Constituía-se pois, em importante setor urbano que, em plena vigência do chamado populismo, não participava, entretanto, das alianças entre a burguesia e o operariado, e, como coloca Ruth Cardoso, autora do Prefácio, com possibilidades políticas explosivas, dado que se percebia também um eventual elemento revolucionário no próprio caráter da população marginalizada.

Desde 1958, pois, a questão da marginalidade ocupou numerosos cientistas sociais latino-americanos que buscaram através de estudos e debates a determinação da natureza do fenômeno, suas causas e conseqüências.

Mas, hoje, como se apresenta essa noção ? Podemos entender as situações concretas vivenciadas por amplas camadas de nossa população como de "marginalidade" ? Quais as relações subjacentes às práticas de trabalho e consumo ditas como características da situação de marginalidade ? Como ocorre o momento crucial do primeiro emprego na cidade ? Quais os arranjos institucionais que garantem a existência desse sistema social concreto — o da "marginalidade social" ? O botequim, na sociedade urbana brasileira representa o quê ? e para quem ?

Eis, aí, algumas questões que serão respondidas pelos autores e reunidas nesta obra.

O primeiro texto, "Usos e Abusos: reflexões sobre as metamorfoses do trabalho", de Lúcio KOWARICK, de estilo antropológico, tem como objetivo "analisar as práticas de trabalho e de consumo e as relações sociais a elas subjacentes, tendo em vista a questão do custo de reprodução da força de trabalho" ( pág. 11 ).

Trata-se de um estudo em profundidade de nove famílias residentes em duas favelas da Capital de São Paulo, todas com um passado rural, e escolhidas segundo os critérios básicos da situação e a experiência anterior de trabalho do chefe da família e o tempo que está em São Paulo, tendo como variável essencial o "ciclo de vida produtiva", ou seja, a idade do chefe e o número de dependentes que trabalham ou não. É definido pelo autor como "um ensaio no qual se procurou descrever e analisar a vida de algumas famílias de baixa renda" ( pág. 12 ), para, a partir de alguns casos, discutir problemas mais amplos. Apesar de reconhecer os limites do estudo — 9 famílias de duas favelas — o autor pretende relacionar o mundo cotidiano de umas poucas famílias a processos de caráter global que forjam e dão sentido a esta restrita e viva realidade de todo dia.

A primeira análise realizada é a do trabalho feminino que, enquanto mão-de-obra braçal, não sofre grande mudança em suas atividades com a urbanização. Sofre, em consequência da urbanização, uma limitação do seu campo de atividades: de participantes de um trabalho cooperativo familiar realizado nas roças de subsistência, ou nas "tarefas" da agricultura, as mulheres, na cidade, cuidam da casa e dos filhos, ou se transformam em empregadas domésticas, pois, enquanto força de trabalho braçal, têm poucas possibilidades de ingressar na força produtiva urbana.

Mas a força de trabalho masculina está sujeita a dois processos: o da parcialização e o do desgaste prematuro da força de trabalho, ambos decorrentes da expansão do capitalismo. E é, nesta análise, que o autor consegue realizar seus objetivos, relacionando tais processos com as características do capitalismo brasileiro, dependente, e do nosso desenvolvimento "desigual" e "combinado", onde as formas "modernas" de trabalho parcializado convivem com as "arcaicas" locais ou globais.

Sem se desviar do tema proposto, vai concluir que parte da mão-de-obra urbana não só se reproduz a baixos custos, como também freqüentemente, ajuda na reprodução do trabalhador rural, através do envio de dinheiro a parentes que ainda estão no campo, ou para lá voltaram, expulsos pelo sistema que ajudaram a construir e que os torna supérfluos, configurando o segundo processo.

Seguindo orientação diversa, Maria Célia PAOLI, no texto "A Marginalidade no Capitalismo Dependente: um Problema Deslocado", vai examinar as ambigüidades teóricas em que a história do conceito de "marginalidade" terá incorrido ... "ao não conseguir articular com precisão as dimensões presentes nas situações concretas que investiga" (pág. 53).

Uma revisão do conceito de marginalidade leva a autora a concluir que ele "busca caracterizar certas relações sociais de produção que, sendo produto e presença necessária em um modo de acumulação de capital, não se definem claramente em termos das relações sociais típicas de produção: não se caracterizam como venda e compra de força de trabalho e não absorvem a generalização da produtividade gerada no processo de expansão e reprodução do capital." (pág. 34)

Nesse sentido, a noção de "marginalidade" aponta para duas modalidades distintas de inserção da força de trabalho no processo de acumulação:

1ª — formas de exploração de trabalho não tipicamente capitalistas — as que não instituem uma relação direta de compra e venda estável da força de trabalho através do salário e da extração regular de mais-valia;

2ª — formas de exploração do trabalho que, já livres de qualquer traço pré-capitalista, não estão contidas nos níveis de produtividade e rentabilidade considerados essenciais à acumulação de capital — é "marginal" a força de trabalho que se fixa em torno das atividades não diretamente produtivas do sistema.

A discussão dessas duas modalidades, no texto, se faz através da análise de situações concretas, da realidade brasileira, configuradas como situações atípicas compreendidas pelo conceito de Marginalidade. A primeira discutida via o setor agrícola — com suas formas de exploração do trabalho conhecidas como parceria convivendo com o trabalho assalariado e, até, sucedendo-o; — e a segunda forma, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, discutida com base em pesquisa realizada no meio urbano da Baixada Santista, onde se demonstra que há pessoas que transitam

livremente entre ocupações com vínculo empregatício e alta produtividade e outras, conhecidas como “bicos”.

Com esse raciocínio, a autora procura demonstrar que os fatores apontados pela teoria como **característicos** da situação marginal, são elementos componentes da condição de vida de toda uma classe social — esta, sim, uma categoria fecunda de análise.

A posição, deste ponto de vista, se inverte, ou seja, a “marginalidade” não é a determinação central que explica as relações de trabalho e produção aparentemente em descontinuidade com o desenvolvimento das forças produtivas. Pode ter, no máximo, utilidade descritiva ( tal com o “tradicional” em comparação o “moderno” ) )

Daniel J. HOGAN e Manoel T. Berlinck examinam o “momento crucial no processo de adaptação: o primeiro emprego na cidade” ( pág. 58 ), em “O Empobrecimento de São Paulo: análise do declínio das oportunidades de emprego.”

Para concretizar sua proposta, os autores, através da realização de entrevistas com migrantes e paulistanos natos, vão confrontar as oportunidades de emprego no mesmo mercado de trabalho, de 1900 a 1970, com divisões em períodos menores, o que lhes permite relacioná-las com as características sócio-econômicas e políticas da cidade e do País. Utilizando-se de escalas ocupacionais, modelos e dados estatísticos oficiais, além dos dados obtidos nas entrevistas, os autores vão demonstrar sua tese de que qualquer análise do processo migratório deve levar em conta tanto as variações sociais do migrante como as transformações histórico-culturais que ocorrem nos sistemas de destino.

As conclusões, confirmando a tese, evidenciam que, tanto os migrantes com as mesmas características nem sempre obtiveram os mesmos níveis de ocupação na cidade, como paulistanos natos e migrantes provenientes das mesmas classes sociais nem sempre conseguiram empregos iguais na cidade. Colocando ênfase sobre as transformações histórico-estruturais que ocorrem nos sistemas de destino, e, como estas têm mudado continuamente e com grande velocidade, vê-se que, tanto migrantes como natos, têm entrado em sistemas radicalmente diferentes.

Segundo os autores, o estudo “alerta sobre o perigo da idéia de se considerar que a história se repete” ( pág. 74 ). As condições agora existentes na cidade de São Paulo não são comparáveis nem às experiências dos países desenvolvidos, nem às fases anteriores do processo de urbanização no próprio Brasil. “Alerta também para o perigo de se considerar características sócio-culturais como elemento explicativo-chave para as oportunidades de emprego” ( pág. 74 ).

Nesse sentido, o estudo lança bases sobre quais programas sociais, educacionais e de formação profissional se devem assentar se seus objetivos forem alterar o perfil de renda e melhorar as condições de vida dos que habitam em São Paulo.

Luiz Antonio Machado da SILVA, em “O Significado do Botequim”, originalmente publicado em **América Latina** ( Ano 12, nº 3, julho-setembro de 1969, pág. 160 — 182 ) procura apreender o papel que o botequim desempenha na vida de ponderável parcela do que se costuma chamar “a massa”.

O autor parte da caracterização do botequim no quadro geral das casas de bebida, tendo como principal variável a classe social de seus freqüentadores, que determina as próprias características físicas do estabelecimento, o tipo e qualidade

das mercadorias vendidas e, principalmente, afeta o estilo de vida e a mundivisão dos consumidores. Condiciona também a estabilidade e o modo de organização interna, além dos motivos de freqüência ao estabelecimento.

O estudo refere-se à maioria dos freqüentadores constantes e relata a formação de grupos e hierarquização, bem como alguns padrões básicos de relacionamento que constituem a organização social do botequim, descrevendo a dinâmica das relações sociais aí presentes, salientando as formas e motivos sob os quais se manifestam a cooperação e o conflito entre os fregueses e, entre estes, e os proprietários. São salientados aí os mecanismos informais de controle de tensões.

Outro item básico para fundamentar as conclusões é o referente aos aspectos do sistema de valores e da mundivisão do freguês, onde aparecem as atitudes frente à bebida e a um número relativamente pequeno de temas: o trabalho, o futebol, mulheres, crime, religião. No debate desses temas aparece a percepção da situação de classe social e afloram os valores positivos e negativos vigentes nos grupos.

Mas é na análise do significado do botequim que o autor nos dá sua maior contribuição para a compreensão da "marginalidade". Ele aponta como perfeitamente integrados no sistema global os grupos chamados "marginais": ocupam um lugar definido na hierarquia social e aí desempenham suas funções. O que existe é que alguns indivíduos fazem parte desses grupos e estão precariamente integrados — os fregueses de botequim.

Acontece que, devido à "falência" da família e da comunidade como organizações tradicionais de sustentação do indivíduo — a família atingida pela instabilidade do casamento e sua constituição em bases funcionais e pragmáticas, e a comunidade inexistente e, não podendo ser substituída pelos grupos de vizinhança, como organização capaz de servir de apoio na busca de um sentido para a vida — e, devido também, à incapacidade de integração desses indivíduos nos "esquemas referenciais" propostos pelo processo de urbanização-industrialização, o botequim afigura-se como "o símbolo de esforço no sentido de participar de um universo novo ( e uma "ponte para isso ) por parte de certos grupos desamparados pela ruptura dos esquemas referenciais da "sociedade tradicional" ( pág. 113 ).

Finalmente, em "Adaptação da População e 'Cultura da Pobreza' na cidade de São Paulo: marginalidade social ou relações de classes ? " Manoel T. BERLINCK e Daniel J. HOGAN, através do exame dos mecanismos de adaptação da população na cidade de São Paulo nos revelam a "inexistência daquilo que se denomina marginalidade social" ( pág. 150 ).

Esta é a conclusão da pesquisa relatada no texto, que constou de levantamento de dados secundários e bibliografia sobre a cidade de São Paulo, um levantamento, por amostragem, de 1015 famílias de brasileiros natos que viviam no município de São Paulo, em 1970, e 30 entrevistas antropológicas com homens e mulheres de classe baixa que viviam em São Paulo.

A noção de "cultura da pobreza" formulada por O. LEWIS ( 1965 – 1966 ) postula um isolamento muito grande da classe baixa que decorre do seu rompimento com uma estrutura preexistente ( normalmente de natureza agrária ) que, por sua vez, ocorre com o processo de migração rural-urbana. A "cultura da pobreza" é caracterizada por uma pobreza de cultura onde não existem "tradições" e onde o estoque simbólico utilizado é muito restrito.

É esse fenômeno que, segundo BERLINCK e HOGAN, não ocorre na sociedade brasileira, ou ocorre de maneira diferente do que postula O. LEWIS.

Através da análise histórica dos padrões de interação predominantes na sociedade e os revelados pela pesquisa, é demonstrado que, sem uma tradição de associação autônoma, enfrentando forte oposição organizada a qualquer tentativa de organização e, vivendo em uma economia em expansão, os trabalhadores urbano-industriais vão buscar em suas próprias tradições, ou seja, no parentesco, na amizade e na conterraneidade — nas relações informais e pessoais — os auxílios de que necessitam.

Esta visão panorâmica dos principais temas e problemas reunidos em **Cidade, Usos e Abusos**, tratados com rigor metodológico, referências empíricas e por profissionais de reconhecida capacidade, esperamos que vá motivar técnicos e estudiosos dos problemas e características da nossa sociedade a levar em conta as sugestões propostas para novas análises. As conclusões nos parecem importantes, principalmente para os que, como técnicos, instrumentalizando as decisões políticas na área social, pela melhor compreensão do contexto em que se situa a chamada "marginalidade social" entre nós, poderão levar a providências relativas à solução da verdadeira problemática, na maior parte das vezes subjacentes aos estudos sócio-econômicos de praxe.

**Josele de Paiva Mendes França**  
Mestranda em Filosofia Social na P.U.C.

**DIZIONARIO DELLE IDEE,**  
**Centro di Studi Filosofici di Gallarate, G. C. Sansoni Nuova S.P.A.,**  
**Firenze, Via B. Varchi 47, Itália, 1977, 1302 páginas.**

O Centro de Estudos Filosóficos de Gallarate, constituído em 1945 na cidade italiana de Gallarate ( Varese ) e hoje conhecido mundialmente, lançou mais uma novidade importante: "Dicionário das Idéias" ( Dizionario delle Idee ). Este lançamento notável de 1302 páginas constitui o 2º volume de uma publicação de 1301 páginas de 1976, que exigiu uma seqüência orgânica.

No ano de 1976 foi publicado pelo Centro o "Dicionário de Filósofos ( Dizionario di Filosofi ). Refere-se aos principais nomes do mundo filosófico contidos na célebre "Enciclopédia Filosófica" ( Enciclopedia Filosofica ) de Gallarate.

Qual é a estrutura desta Enciclopédia Filosófica, um grande sucesso mundial? — Sendo o mais importante de todos os lançamentos do mencionado Centro de Gallarate, esta Enciclopédia coloca o complexo problema da filosofia numa perspectiva original e ampla, conforme os nomes e assuntos, enquanto acolhe não só pessoas e matérias especificamente filosóficas, mas também autores e argumentos que, não sendo propriamente filosóficos, têm com a filosofia alguma relação histórica ou teórica.

Qual é, em síntese, a história desta Enciclopédia? A primeira edição da Enciclopédia foi redigida e publicada nos anos de 1950 — 1958. É de quatro volumes. Foi esgotada rapidamente. Por isso, foi redigida e publicada durante o período de 1960 — 1968 a segunda edição da Enciclopédia, em seis grandes volumes, sendo

completamente renovada ( G. C. Sansoni Editore, Firenze, Itália ). Já está esgotada também a segunda edição da Enciclopédia de Gallarate. O secretário do movimento filosófico de Gallarate Prof. Dr. Carlos Giacon S. I., me informou, pela carta de 19 de março de 1978, que já há três anos não se encontra no mercado nenhum exemplar da Enciclopédia e que os peritos do movimento estão trabalhando para reimprimir a sua segunda edição ( ampliada ) numa forma atualizada com assuntos e dados de hoje. Esta reimpressão, conforme a informação de Giacon, vai durar cerca de oito ou dez meses.

Justamente, para remediar de algum modo esta falta sentida no mundo cultural, foi lançada a "essencialização" das idéias da dita Enciclopédia, sendo terminada a sua impressão no mês de outubro de 1977, por conta da Editora G. C. Sansoni Nuova S. P. A. de Florença, Itália. Continuando assim o plano de "essencialização", iniciado com a publicação do "Dicionário de Filósofos" de 1976, o "Dicionário das Idéias" constitui uma complementação orgânica deste "Dicionário de Filósofos". Esta nova "essencialização" tem como objetivo não só remediar a mencionada falta, mas também apresentar o essencial do conteúdo conceitual da Enciclopédia de Gallarate e facilitar desta maneira o acesso às idéias dos seis grandes volumes da segunda edição desta Enciclopédia.

Em que consiste concretamente a "essencialização" do "Dicionário das Idéias"? No seguinte: resumindo a parte conceitual dos seis grandes volumes da segunda edição da "Enciclopédia Filosófica", este volume elimina aqueles conceitos que podem ser considerados como marginais e supérfluos, reproduz integralmente aqueles que são fundamentais na filosofia e constitui o núcleo central da Enciclopédia e, finalmente, incorpora apenas parcialmente aquelas idéias que têm um valor filosófico secundário.

No fim do novo volume encontra-se um índice sistemático, que oferece um quadro complexo da teoria do pensamento, sem intenção de delinear algum sistema de idéias. Este índice reúne e ordena o que no Dicionário se encontra colocado simplesmente conforme a ordem alfabética. Os conceitos são distribuídos seguindo as divisões comuns do saber filosófico nas partes e nos seus capítulos principais. Integrando, desta maneira, as idéias afins ao redor de um tema mais vasto, o volume contribui muito para facilitar a pesquisa sobre uma questão ou, mesmo, sobre uma área filosófica inteira. São os seguintes os principais títulos destes agrupamentos sistemáticos das idéias do Dicionário: introdução à filosofia, expressões técnicas escolásticas, lógica, o pensamento científico, filosofia da linguagem, gnosologia, filosofia das ciências, filosofia da natureza, psicologia e antropologia filosóficas, metafísica geral, teologia natural, ética geral, ética especial, direito, política, economia, estética, história, pedagogia, religião.

O "Dicionário das Idéias" possui, pois, um significado notável. Constitui um instrumento prático de estudo e pesquisa para as universidades, faculdades e outras instituições culturais semelhantes empenhadas na solução das questões de formação, informação e progresso científico. Oferece muitas vantagens não só para os que se dedicam profissionalmente à filosofia, mas também para as pessoas de cultura em geral, como educadores, homens públicos, matemáticos, cultores das ciências naturais, humanas, históricas, técnicas, eclesiásticos, jornalistas, outros profissionais dos meios modernos de comunicação etc. Tendo em vista tudo isso, é desejável que alguma das nossas editoras se empenhe em traduzir do italiano o "Dicionário das Idéias" e tam-

bém o “Dicionário de Filósofos” adaptando devidamente estes dois volumes às exigências da nossa cultura atual. O serviço editorial seria maior ainda traduzindo do italiano e publicando os seis grandes volumes da Enciclopédia Filosófica. Mas este trabalho cultural exigiria esforços e investimentos financeiros de grandes proporções. Seria suficiente para as exigências atuais da nossa cultura a publicação, numa boa tradução, dos dois volumes acima ilustrados, nos quais se empenharam colaborando os pensadores de renome não só italianos, mas também muitos de outras nacionalidades.

**Stanislavs Ladusāns, S.I.**

Diretor do Conjunto de Pesquisa Filosófica ( São Paulo )